

## **TORRES, Alberto**

\*dep. fed. RJ 1893-1896; min. Just. 1896-1897; pres. RJ 1897-1900; min. STF 1901-1909.

*Alberto de Seixas Martins Torres* nasceu em Porto das Caixas, atual [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Itabora%C3%AD"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Itabora%C3%AD) \o "Itaboraí" Itaboraí (RJ), em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/26\\_de\\_novembro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/26_de_novembro) \o "26 de novembro" 26 de novembro de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1865"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1865) \o "1865" 1865, filho de Manuel Martins Torres e de Carlota de Seixas Torres. Seu pai, magistrado e político com base em Niterói e ligado, no Império, ao Partido Liberal, foi, na República, vice-presidente estadual na administração de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Tom%C3%A1s\\_da\\_Porci%C3%B3ncula"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Tom%C3%A1s_da_Porci%C3%B3ncula) \o "José Tomás da Porciúncula" José Tomás da Porciúncula (1892-1894) e senador pelo estado do Rio de Janeiro (1901-1905).

Fez os estudos secundários no Rio de Janeiro, época em que publicou seus primeiros escritos jornalísticos. Matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 10 de agosto de 1880, graças a autorização imperial concedida por meio de um decreto, porque tinha menos de 15 anos de idade, mas não avançou nos estudos, ingressando em 1882 na Faculdade de Direito de São Paulo. Ali fundou com colegas o Centro Abolicionista de São Paulo. Também na capital paulista participou da criação dos jornais republicanos *Ça Ira* e *A Tarde*. Na época, escreveu poemas e textos de conteúdo abolicionista e republicano, colaborando com o jornal *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico. Em 1883, criou com colegas o jornal *A Ideia*, onde publicou artigos de crítica literária e de acompanhamento da expansão dos clubes republicanos no país, defendendo a descentralização política como a única forma de governo admissível. Reprovado em 1884, assim como vários colegas, transferiu-se com eles no ano seguinte para a Faculdade de Direito do Recife, onde obteve o diploma de bacharel.

De volta ao Rio de Janeiro, abriu banca de advocacia e atuou também como jornalista na *Revista Moderna*, *Semana*, *Gazeta da Tarde* e *Correio do Povo*, em cujas páginas continuou a defender ideias abolicionistas e republicanas. A lei que determinou a extinção do escravismo no Brasil, baixada em 13 de maio de 1888, provocou no campo monarquista fluminense grande descontentamento com a Coroa. Os republicanos, que ainda não haviam conseguido organizar-se em partido, capitalizaram essa insatisfação, e entre junho e novembro surgiram clubes republicanos em mais de 20 municípios fluminenses, em geral por iniciativa de tradicionais chefes monarquistas. Em novembro de 1888, realizou-se o Congresso Republicano Fluminense, quando foi criado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Embora não estivessem representados na direção do partido, entregue a

republicanos históricos, os monarquistas dissidentes tiveram participação fundamental para viabilizar a nova agremiação, e neles o republicanismo fluminense encontrou uma base social. Alberto Torres teve participação ativa no congresso, tornando-se secretário da comissão executiva do partido.

Em maio de 1889, participou, em São Paulo, do Congresso Republicano Federal, quando Quintino Bocaiúva – defensor de uma estratégia de avanço gradual em relação ao poder – foi eleito dirigente máximo do Partido Republicano brasileiro, sobrepujando a liderança de Antônio da Silva Jardim – positivista de formação e, admirador do jacobinismo francês, adepto de métodos de tomada do poder que incluíam a participação revolucionária das massas populares. Tanto Quintino, jornalista e político carioca, quanto Silva Jardim, advogado e jornalista fluminense, mantinham ligações com o campo republicano na província do Rio de Janeiro. Alberto Torres, embora também tivesse sofrido influxos positivistas em sua formação intelectual, alinhou-se com as propostas evolucionistas do primeiro. Fundou em Niterói, com Carr Ribeiro, o periódico *O Povo*, que começou a circular em julho de 1889, e no mês seguinte apresentou-se como candidato republicano a deputado geral pelo 4º distrito da província do Rio de Janeiro, mas não logrou eleger-se.

Deflagrado o golpe republicano em 15 de novembro de 1889, foi um dos poucos civis que acompanharam de perto as operações militares em frente ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, onde foram presos os ministros monarquistas. Com a formação do governo provisório republicano, sob a chefia do marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado para um cargo diplomático em Bruxelas (Bélgica), mas não o aceitou. Advogado auxiliar da Intendência Municipal do Distrito Federal a partir de 17 de dezembro de 1889, tornou-se, em fins desse mês, membro do diretório republicano de Niterói.

#### NA OPOSIÇÃO A FRANCISCO PORTELA

Sob o comando de Francisco Portela, nomeado por Deodoro da Fonseca governador do agora estado do Rio de Janeiro e um dos mais tradicionais republicanos da antiga província fluminense, iniciaram-se as articulações políticas para a escolha dos representantes estaduais na Assembleia Nacional Constituinte, a instalar-se em 15 de novembro de 1890. Por considerar que o Partido Republicano fluminense estava sendo alijado por Portela da direção política do estado, Alberto Torres, assim como outros líderes partidários, se recusou a participar da chapa oficial. Concorreu a deputado na lista do Partido Republicano, da qual faziam parte Silva Jardim, José Tomás da Porciúncula e outros veteranos propagandistas republicanos. Realizado o pleito em 15 de setembro de 1890, foi o quarto mais votado em Niterói, mas não se elegeu, porque a chapa governista preencheu todas as vagas.

Candidatou-se em seguida, ainda na oposição a Portela, a uma cadeira de deputado na Assembleia Constituinte estadual, que deveria reunir-se em julho de 1891. A chapa do Partido Republicano incluía ex-monarquistas de recente conversão à República, então aglutinados no Partido Republicano Moderado, como Belisário Augusto Soares de Sousa, Paulino José Soares de Sousa Júnior e Pedro Luís Soares de Sousa, todos parentes diretos do conselheiro Paulino José Soares de Sousa, líder máximo dos ultraconservadores fluminenses e último bastião da resistência à abolição da escravidão. Realizado o pleito em 20 de março de 1891, a vitória do governo foi, novamente, total. Em maio, a Constituinte elegeu Portela presidente do estado.

A nova derrota levou a oposição a buscar a consolidação partidária, unificando os republicanos oposicionistas e os ex-monarquistas. Convocados formalmente em 13 de abril de 1891 por José Tomás da Porciúncula, dois dias depois reuniram-se em congresso delegados de todos os municípios. Na ocasião, Alberto Torres apresentou, juntamente com Antônio dos Santos Werneck, uma indicação no sentido de que os chamados republicanos históricos dissolvessem sua organização partidária. Entendiam eles que os fluminenses, em sua maior parte, inclusive os que haviam pertencido aos antigos partidos monárquicos, se achavam “perfeitamente identificados” com as ideias republicanas, deixando, portanto, de fazer sentido a denominação de “partido republicano histórico”. Não havendo no país, ainda, “partidos definitivamente organizados à luz de programas políticos”, sugeriam que a continuidade da ação política em defesa da “emancipação do município dentro do estado e do estado dentro da União” se fizesse sob o nome de Partido Autonomista Fluminense. Aprovada a indicação pelo plenário, Alberto Torres foi eleito para a comissão diretora do novo partido como representante dos republicanos históricos, com mandato até 3 de dezembro de 1891.

Em 28 de setembro de 1891, casou-se com Maria José Xavier da Silveira, irmã de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, seu colega na Faculdade de Direito de São Paulo e que viria a exercer o cargo de prefeito do Rio de Janeiro (1901-1902). Ambos eram filhos de Joaquim Xavier da Silveira – [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Poeta"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Poeta) \o "Poeta"poeta, [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalista"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalista) \o "Jornalista"jornalista, [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Advogado"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Advogado) \o "Advogado"advogado e [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Aboli%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_escravatura"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aboli%C3%A7%C3%A3o_da_escravatura) \o "Abolição da escravidão"líder abolicionista em São Paulo, falecido em 1874.

Com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro seguinte de 1891 – na sequência da crise resultante do fechamento do Congresso Nacional no dia 3 do mesmo mês, em golpe de Estado por ele liderado e apoiado por todos os governantes estaduais,

com exceção de Lauro Sodré, do Pará –, iniciou-se em todo o país, estimulado pelo vice-presidente Floriano Peixoto, agora no poder, um movimento pela deposição dos governantes que haviam referendado o ato do ex-presidente da República. No estado do Rio, Alberto Torres foi um dos líderes da campanha contra a permanência de Francisco Portela no governo, que assumiu tons violentos em vários pontos do território fluminense. Em Niterói, onde se concentrava o grosso da Força Pública, organizou, com seu pai e Sebastião Barroso, vários comícios, de modo a agitar o ambiente político contra Portela e desviar a atenção das movimentações conspiratórias no interior do estado. Em 10 de dezembro, finalmente, depois de pressões de todo tipo, inclusive de políticos da capital federal, Portela transmitiu o governo a seu vice, Artur Getúlio das Neves, que o recusou. Nomeado por Floriano Peixoto, assumiu o cargo o contra-almirante Carlos Baltasar da Silveira, empossado em 11 de dezembro de 1891 com a missão de preparar eleições para uma nova assembleia constituinte estadual.

#### DE DEPUTADO A MINISTRO

Alberto Torres foi eleito deputado estadual constituinte nas eleições realizadas em 31 de janeiro de 1892, da qual só participou a chapa liderada por José Tomás da Porciúncula, e foi escolhido para a comissão de sete membros incumbida da redação do projeto constitucional a ser debatido. Instalada a Assembleia Constituinte em 1º de março, atuou como líder da maioria e se destacou na defesa do caráter unicameral do futuro Poder Legislativo fluminense, bem como do concurso e da antiguidade como critérios para a nomeação e a ascensão na magistratura estadual, teses aprovadas em plenário e incorporadas à Constituição estadual promulgada em 9 de abril de 1892. Em seguida, José Tomás da Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, tendo Manuel Martins Torres como vice-presidente.

Concluída a missão do Congresso Constituinte, Alberto Torres integrou a comissão que, sob a direção de Porciúncula, organizou a chapa do Partido Republicano Fluminense (PRF) para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, lançada em 13 de abril de 1892, quando a agremiação se apresentou pela primeira vez com esse nome. Vitorioso no pleito realizado no dia 24 seguinte, interrompeu o mandato em 9 de agosto de 1893, por ter sido eleito deputado federal na vaga aberta na representação fluminense pela renúncia de Alcindo Guanabara, nomeado para missão oficial no exterior. No dia 30, tornou-se membro da comissão executiva do PRF.

Tendo participado ativamente, no final da legislatura 1891-1893, da discussão do projeto de lei de organização do Tribunal de Contas da União, reelegeu-se em 1º de março de 1894 para a legislatura 1894-1896. Membro da Comissão de Orçamento da Câmara, foi relator

do orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Nessa condição, teve, em 1895, atuação importante na definição da atitude do governo brasileiro no episódio da ocupação da ilha de Trindade (ES) por cidadãos ingleses. Defendeu a mediação de Portugal para a resolução do problema, afinal decidida a favor do Brasil em agosto do ano seguinte. Interveio, também, na discussão das condições de atuação de companhias estrangeiras do ramo de seguros no Brasil, apoiando projeto, já aprovado no Senado e depois vitorioso na Câmara, que estabelecia garantias para os segurados brasileiros. Subsidiariamente, a discussão realçou o exorbitante valor dos recursos transferidos pelas empresas para suas matrizes, constituindo, segundo Barbosa Lima Sobrinho, a primeira etapa da discussão do problema da remessa de lucros para o exterior, que se tornaria candente no Brasil a partir da década de 1940. Ainda durante o ano de 1895, colaborou regularmente com o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, fundado no ano anterior.

Em 30 de agosto de 1896, interrompeu seu mandato de deputado federal por ter sido nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) – amigo de seu pai desde quando ambos estudavam na Faculdade de Direito de São Paulo – titular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em substituição a Antônio Gonçalves Ferreira. Três meses depois, contudo, Prudente de Moraes, tendo adoecido seriamente, foi substituído pelo vice-presidente Manuel Vitorino Pereira. Embora mantido no cargo pelo presidente em exercício, apesar da reforma ministerial por ele realizada, ficou em situação difícil em vista de atos políticos praticados por Manuel Vitorino contra aliados estaduais do presidente licenciado. A intervenção na política fluminense objetivava enfraquecer a corrente liderada por José Tomás da Porciúncula e fortalecer a liderança de Nilo Peçanha, cuja base política era a cidade de Campos. Nos últimos dias de dezembro, o governo federal, à revelia do Ministério da Justiça e do presidente estadual Joaquim Maurício de Abreu (1894-1897), interveio com forças militares em um processo eleitoral naquela cidade, em benefício do grupo nilista. Depois de infrutíferas gestões junto a Manuel Vitorino tentando consertar a situação e preservar sua autoridade, Alberto Torres pediu demissão do cargo ainda no dia 30, sendo substituído, em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/7\\_de\\_janeiro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/7_de_janeiro) o "7 de janeiro" 7 de janeiro seguinte, por Bernardino José de Campos Júnior.

#### PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO

Em 15 de julho de 1897, Alberto Torres foi eleito pelo PRF para suceder a Joaquim Maurício de Abreu no cargo de presidente do estado do Rio de Janeiro. Foi empossado em 31 de dezembro, e com ele assumiram, como primeiro vice-presidente, Francisco Joaquim de Sousa Mota, como segundo vice-presidente, Pedro Augusto Tavares Júnior, e como terceiro vice-presidente, Sílvio dos Santos Paiva. Para secretariar o governo, nomeou

Martinho Álvares da Silva Campos (Interior e Justiça), João Rodrigues da Costa (Finanças), Hermogêneo Pereira da Silva (Obras Públicas e Indústrias) e Carolino Leoni Ramos (Chefia de Polícia).

Sua administração transcorreu sob o signo da crise da cafeicultura estadual, principal ramo da economia fluminense e em dificuldades desde os últimos anos da monarquia. Também no plano político, os problemas não seriam pequenos. Logo nos primeiros dias de governo, precisou enfrentar nova crise originada de disputas políticas em Campos. Desta vez, tratou-se da dualidade de câmaras estabelecida em janeiro de 1898, quando duas correntes se arvoraram em vencedoras das eleições municipais. Solicitado pelas partes a dirimir a questão, considerou inconstitucional a lei estadual que lhe atribuía esse papel e remeteu o problema para o Poder Judiciário. Na Assembleia Legislativa, o debate ensejou a polarização dos deputados em torno de Porciúncula, com quem se identificava uma das correntes campistas, e da posição assumida por Alberto Torres, em minoria. O conflito entre os chefes do governo e do partido situacionista incluiu vetos de Alberto Torres a decisões da Assembleia Legislativa e tentativas de derrubá-lo por meio de *impeachment*, contribuindo decisivamente para a cisão do PRF. Evidente já em fins de dezembro de 1898, o processo de fracionamento foi acelerado pelo Decreto nº 530, que, baixado em 14 de março de 1899, entregava aos vereadores da legislatura anterior a administração municipal campista, enquanto não se resolvesse o conflito de duplicatas.

Do ponto de vista administrativo, Alberto Torres encontrou mais facilidades para a aceitação de seus pontos de vista na Assembleia Legislativa. Preocupado com a diminuição das receitas geradas pelo café, conseguiu aprovar a redução das alíquotas do imposto de exportação do produto e a implantação do imposto territorial. Também suas propostas orçamentárias, voltadas para o corte de despesas, foram aceitas sem maiores percalços. Outros problemas que seu governo buscou resolver foram o da mão de obra, remanescente ainda do processo de extinção da escravidão. Considerando inadequado o sistema de imigração oficial, atacou-o por meio da criação de núcleos coloniais nos municípios de Paraíba do Sul e Barra do Pirai. Dedicou-se também ao saneamento do estado, em particular da Baixada Fluminense, região que se estende de Angra dos Reis a Campos.

Embora em minoria na Assembleia Legislativa ao final do mandato, como consequência da crise de Campos, Alberto Torres preservou suas bases no estado graças à força de atração do governo, e saiu-se vitorioso na eleição realizada em 31 de dezembro de 1899, quando conquistou a maioria na representação fluminense na Câmara dos Deputados e no Senado. Como sucessor na presidência do estado, indicou inicialmente Hermogêneo Pereira da Silva, mas acabou aceitando a candidatura de conciliação de Quintino Bocaiúva, patrocinada por Nilo Peçanha e pelo presidente Campos Sales (1898-1902), afinal eleito em

8 de julho e empossado em 31 de dezembro de 1900.

#### MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Segundo seus biógrafos, ao deixar o governo estadual Alberto Torres desligou-se da política e passou a enfrentar dificuldades financeiras para sobreviver. Teria sido esta a razão de ter aceitado a nomeação, por decreto federal de 30 de abril de 1901, para uma cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), onde tomou posse no dia 18 de maio.

No tribunal, em janeiro de 1903 foi o relator do pedido de *habeas corpus* preventivo impetrado em favor de Gastão de Orléans e outros membros da família imperial brasileira contra o decreto que, em dezembro de 1889, determinou o seu banimento. Votou favoravelmente ao conhecimento do pedido pelo STF, recusado por outros membros da corte, mas negou provimento à solicitação de *habeas corpus*, argumentando que não havia indicação concreta de que o governo pretendesse manter o decreto de banimento – a seu ver, incompatível com a Constituição Federal, que abolira a pena de banimento judicial –, não se caracterizando, portanto, a figura da autoridade coatora. O caso voltaria ao STF em maio de 1907, quando Alberto Torres votaria a favor de *habeas corpus* preventivo solicitado por líderes monarquistas em favor de Luís de Orléans e Bragança, neto do imperador Pedro II, que, vindo da Europa por navio, desejava saber se havia restrições à sua entrada no Brasil. A maioria dos ministros, porém, votaria contra o pedido, alegando que o banimento imposto à família imperial não era de natureza jurídica, mas política, não tendo sido, portanto, revogado pela Constituição. O caso só seria resolvido definitivamente em 1920, com a revogação do decreto de banimento.

Em maio ainda de 1903, votou pelo conhecimento de um pedido de *habeas corpus* em favor dos organizadores de uma manifestação de rua ligada a problemas que envolviam a Ordem dos Beneditinos no Rio de Janeiro, reafirmando sua concepção ampla daquele recurso jurídico. Em 1905, participou do julgamento do pedido de *habeas corpus* em favor do senador e tenente-coronel Lauro Sodré, um dos líderes do movimento ocorrido no Rio de Janeiro em novembro anterior, conhecido como Revolta da Vacina, e julgado pela Justiça Militar. Votou favoravelmente a que se processasse o senador na justiça comum, porque o crime de que o acusavam – atentado – não estava tipificado no Código Penal Militar. Foi, contudo, voto vencido, e o acórdão do STF firmou posição no sentido de que o militar portador de mandato parlamentar respondesse no foro militar pelos crimes militares que cometesse.

Em 1906, foi nomeado pelo ministro das Relações Exteriores para compor a delegação brasileira ao III Congresso Pan-Americano, no Rio de Janeiro. Participou das reuniões

iniciais, mas deixou o cargo em julho, por força de determinação do STF, que entendeu não poderem seus membros aceitar comissões do Poder Executivo.

Iniciou, entre 1906 e 1907, a redação de um livro, que não chegaria a publicar, sobre impostos interestaduais, motivado pela competição tarifária a que se entregavam governos de estados assolados pelo decréscimo das rendas públicas. A questão tinha desdobramentos jurídicos que acabavam no STF, onde sempre votava pela decretação da inconstitucionalidade de leis e decretos estaduais que criassem barreiras alfandegárias entre as unidades da Federação.

Em 29 de abril 1907, começou a assinar, no jornal carioca *O País*, a coluna “Tópicos do dia”, onde comentava assuntos cotidianos, mas também de política internacional, como a II Conferência de Paz de Haia (Holanda), e nacional, como os problemas relativos ao ensino público do país. Encerrou sua participação no jornal em 5 de outubro, dia em que, em licença por motivo de saúde, embarcou com a família para a França. Em Lisboa, onde fizeram escala, sobreviveram ao naufrágio do navio em que viajavam. Já em Paris, escreveu *Vers la paix*, em francês, talvez pretendendo garantir maior circulação internacional ao livro, no qual abordava temas que havia tratado como relator do orçamento do Ministério das Relações Exteriores e na coluna “Tópicos do dia”, transformados em propostas práticas para o estabelecimento da paz mundial e para a criação de uma corte internacional de justiça. De volta ao Brasil, publicou *Vers la paix. Études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre international* e aposentou-se, por motivo de saúde, em 18 de setembro de 1909.

#### ESCRITOR

Intensificou, a partir de então, as suas atividades como escritor. De novembro de 1910 a fevereiro de 1911, publicou na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, artigos que aproveitaria no livro *A organização nacional*. Eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pronunciou em 16 de agosto de 1911 um discurso de posse que serviu de base para seu segundo livro, *Le problème mondial. Études de politique internationale*, também escrito em francês e no qual desenvolveu teses voltadas para a construção da paz internacional. Deu, nesse trabalho, que seria publicado em 1913, grande ênfase à ideia de criação de um órgão que funcionasse como uma assembleia política supranacional, voltada para a organização da paz permanente. Durante o ano de 1912, publicou no *Jornal do Comércio* artigos que constituiriam o livro *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programa de organização nacional*, publicado em 1914. Nesta obra, desenvolveu uma análise sociológica daquilo que considerava serem os grandes problemas brasileiros, apresentando propostas para a sua superação a partir de uma



perspectiva nacionalista. Ainda em 1914, publicou *A organização nacional. Primeira parte: A Constituição*, onde examinou problemas candentes da organização social, econômica e política do Brasil, concluindo que o povo brasileiro, por motivos ligados à sua formação e evolução, mas nunca por determinação racial, encontrava-se ainda incapacitado para dirigir as reformas de que a sociedade carecia. Considerando a Constituição de 1891 fundada sobre ideias estranhas às peculiaridades do povo brasileiro, incluiu no livro, como alternativa a ela, um projeto constitucional de cunho nacionalista, preocupado em oferecer bases para a homogeneidade da nacionalidade brasileira, sem exaltação de sentimentos de identidade étnica ou localista. No ano seguinte, publicou seu livro derradeiro, que intitulou *As fontes de vida no Brasil*, retomando temas dos anteriores e insistindo na denúncia dos problemas decorrentes da exploração de tipo colonial que o país continuaria sofrendo da parte das potências estrangeiras, especialmente sobre os produtores e os recursos naturais. Entre 1915 e 1916, colaborou também nos jornais *Estado de São Paulo* e *O Imparcial*, *A Noite* e *A Tribuna*, do Rio de Janeiro.

Seus livros traduziram para o cenário brasileiro discussões à época em pauta na Europa, principalmente as críticas ao liberalismo. No plano internacional, suas propostas se associavam às teses de regulação das relações entre os Estados, ideia que se concretizaria, em 1919, na criação da Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações. Algumas das inovações que propunha, como a extensão do mandato do chefe do Executivo para oito anos, o alinhavam com correntes europeias que então faziam cerrada crítica ao liberalismo político.

Considerado por muitos críticos como ruralista, autoritário e elitista, Alberto Torres é apontado também como pioneiro do nacionalismo brasileiro no século XX e da denúncia do racismo patrocinado por intelectuais europeus e brasileiros. Seu pensamento despertou adesões limitadas enquanto esteve vivo, mas nas décadas de 1920 e 1930 foi incorporado por correntes intelectuais situadas em posições variadas no espectro político nacional. Em 10 de novembro de 1932, foi fundada no Rio de Janeiro a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sociedade civil que, sob influência de suas ideias, promoveu debates e formulou propostas de políticas públicas sobre questões então consideradas cruciais para o país, como educação, agricultura, imigração, nacionalidade, trabalho e conservação da natureza. Foram influenciados por ele, ainda, pensadores como o antropólogo Edgar Roquette-Pinto, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro em 1947, e o botânico Alberto José de Sampaio, ambos do Museu Nacional. O jurista e sociólogo Francisco José de Oliveira Viana, que o conheceu pessoalmente, foi uma das pontes entre seu pensamento e entidades políticas de tipo conservador, como a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949.

Morreu no Rio de Janeiro, em 29 de março de 1917.

Teve três filhos: Maria Alberto Torres, que se tornou escritora e genealogista, Alberto de Seixas Martins Torres Filho e Heloísa Alberto Torres, antropóloga com importante papel na consolidação da disciplina no Brasil e em cuja memória foi criada, em Itaboraí, a Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres.

Sobre sua vida e obra foram escritos vários artigos e livros, entre os quais *As ideias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil (1932), *Alberto Torres e sua obra*, de A. Sabóia Lima (2ª ed., 1935), *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, de Barbosa Lima Sobrinho (1968), e *A ideologia nacionalista de Alberto Torres*, de Adalberto Marson (1979).

*Renato Lemos*

**FONTES:** ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em:

<<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975.html>>. Acesso em:

6/11/2010; Casa de cultura Heloisa Alberto Torres. Disponível em:

<<http://casadeculturaheloisaalbertotorres.blogspot.com/>>. Acesso em: 18/11/2010;

LEMOS, R. *Implantação*; LEMOS, R. *Política*; LIMA, A. *Alberto*; LIMA

SOBRINHO, A. *Presença*; *Mensagens do Presidente do Estado do Rio de Janeiro*;

RODRIGUES, L. *História*; SANTOS, M. *Destruição*; LEMOS, R. *Implantação*;

LEMOS, R. *Política*.